

Os centros e as periferias na ordem política internacional *

Os seminários de verão no Convento da Arrábida estão seguramente entre os encontros mais agradáveis em que pude participar. Além de se passarem num dos lugares mais envolventes que eu conheço – a Serra da Arrábida – o convento, adquirido pela Fundação Oriente, proporciona um raro ambiente para o confronto livre de ideias. Durante uns anos ali decorreram os Estudos Gerais da Arrábida, na altura organizados pela Comissão do Quinto Centenário dos Descobrimentos. Um dos homens importantes desse processo foi António Manuel Hespanha, que dirigiu um Seminário Fernão Mendes Pinto, entre 18 e 22 de Julho de 1994, subordinado ao tema “O Imaginário do Império”.

Aceitei o seu convite para apresentar uma comunicação e intitulei-a “Os centros e as periferias na ordem política internacional”. Os meus estudos de sociologia das relações internacionais tinham-me conduzido para estes domínios, numa altura em que o processo de globalização começava a definir os seus contornos e se tornava matéria de grande número de trabalhos universitários. Tentei por isso reler o tema do império à luz da actualidade, articulando-o com um primeiro esboço de sociologia da globalização e com algumas categorias de análise de pendor estruturalista como são as ideias de centro e de periferia. Não podia então adivinhar que dez anos mais tarde haveria de retomar longamente a questão imperial, num contexto muito distinto (ver à frente o artigo “A propósito do conceito de império” in *Nação e Defesa*), como entretanto haveria de elaborar um texto sobre a globalização vista a uma luz também diferente (ver “Universalismo e globalismo”).

O texto que apresentei na Arrábida foi publicado no ano seguinte pela prestigiada revista *Penélope*, também dirigida por António Hespanha.

Falar sobre os centros e as periferias na ordem política internacional, numas Conferências cujo tema é O Imaginário do Império, será a tentativa de um olhar sobre a actualidade da vida internacional inquirindo acerca da pertinência do termo *império* nos nossos dias. A questão é sugestiva, pois talvez nos permita abordar uma ou outra faceta interessante do presente sistema mundial.

Estaremos a pecar por anacronismo? Não assistimos já à desagregação dos impérios históricos? A própria ideia de imperialismo, ainda há pouco tão usada no vocabulário corrente, não terá caído em desuso por já não corresponder à realidade? Diversos factos parecem confirmar estas tendências. A Primeira Guerra Mundial assinalou o desmantelamento dos impérios austro-húngaro e otomano, daí resultando a persistência de zonas de instabilidade, ainda hoje verificada, desde a região balcânica ao Médio Oriente. A Segunda Guerra levou à liquidação dos impérios ultramarinos, com a emergência do nacionalismo afro-asiático e o declínio das potências europeias.

A primeira sequência remete-nos para a questão dos impérios, digamos, continentais e para o tema do anexionismo, presente nos debates dos finais do século XIX e princípios do XX. Privadas de colónias e sem tradição

* Texto publicado em *Penélope*, nº 15, 1995, pág. 79-87.

ultramarina, as potências da Europa Central e do Leste deveriam expandir-se na própria Europa, se preciso colonizando povos mais fracos (Polacos, Checos, Judeus, Italianos...). Correntes de opinião favoráveis a este pendor anexionista tiveram influência na época, deixando raízes. As duas mais significativas foram o paneslavismo e o pangermanismo.

O segundo processo, relativo aos impérios ultramarinos, foi característico da generalidade das potências da Europa Ocidental e tem uma duração bem inferior à que espontaneamente somos levados a pensar. Ainda no final do século, desde a Alemanha à Inglaterra, persistia a polémica entre imperialistas e anti-imperialistas. Para estes a aventura colonial era uma dispendiosa megalomania. Para aqueles era um imperioso requisito do capitalismo industrial.

Temos assim duas formas históricas diferenciadas, o anexionismo (continental) e o imperialismo (ultramarino), como dois impulsos de um único movimento que é o expansionismo. Para Cecil Rhodes tudo estava na expansão, à noite via as estrelas no firmamento e lamentava todos aqueles mundos fora do seu alcance. "Se eu pudesse, anexava os planetas", dizia.

De uma maneira ou de outra, o império moderno foi fruto da expansão e esta era filha do capitalismo industrial. E foi este tipo de império, com os ingredientes que lhe são próprios – anexação territorial, ocupação militar, implantação jurídico-administrativa, subordinação política... - que as guerras do nosso século varreram da cena. A não ser que se diga que dois deles persistem, ambos caracterizados pela contiguidade geográfica em grandes massas continentais: o império dos czares que desde a velha Moscóvia se expandiu até ao Pacífico e aquele outro império, feito de anexações, conquistas e aquisições, a partir das treze colónias do Leste que, na América do Norte, se rebelaram em 1776!

Na era bipolar americano-soviética atribuía-se a estes dois a nota de imperialismo, aliás imperialismo e social-imperialismo, expressão mais difusa, própria talvez de uma expansão que já não se materializa em império clássico. Provavelmente criado pelos Ingleses, o termo *imperialismo* começou por ser dito do regime de Napoleão III com o sentido de despotismo, mais tarde fez-se praticamente sinónimo de *colonialismo*, tal como foi descrito pelo jornalista britânico Hobson, que bem conhecia a África por nela ter feito a cobertura da guerra dos Boers, e finalmente *imperialismo* aparece associado à ideia de hegemonismo, tão querida dos ideólogos chineses de há vinte anos.

O actual desuso da palavra *imperialismo* mais confirma o declínio da realidade do império, numa altura em que a guerra de conquista está desacreditada e a anexação territorial claramente fora de moda. A pergunta então impõe-se: Por que razão a expansão imperial deixou de ser a forma adequada de organizar internacionalmente o poder político?

Um ensaio de resposta encontra úteis instrumentos conceptuais na teoria dita do sistema-mundo, de pendor estruturalista e neomarxista, cujo principal obreiro é o norte-americano I. Wallerstein. Esta escola recupera de Braudel a ideia de "economia-mundo", com os seus três traços característicos: um espaço económico vasto mas delimitado; subordinado a um centro que é o seu coração; repartido em zonas sucessivas até às longínquas margens dependentes. Não admira que tal noção seja especialmente aplicável à

economia-mundo capitalista, com a sua peculiar divisão internacional do trabalho e a sua oposição entre centro e periferia, no quadro da dialéctica dominação/dependência e num alargamento da luta de classes à escala mundial.

O conceito de economia-mundo ganha nitidez nos seus contornos quando se distingue de império-mundo. Aquela coincide com um espaço económico homogéneo, normalmente compatível com uma pluralidade de unidades políticas; ao contrário o império unifica política e militarmente um espaço, sem com isso operar forçosamente a homogeneização económica do mesmo.

Assim escreve lapidariamente Wallerstein: "A particularidade do sistema mundial moderno está em que uma economia-mundo pôde sobreviver durante cinco séculos sem se transformar em império-mundo, e esta particularidade é o segredo do seu poderio". Por outras palavras, a divisão internacional do trabalho e a extracção de mais-valias a nível mundial processam-se, não tanto por meios políticos e militares, como sobretudo por meios económicos. Talvez por isso, a forma de império ficou obsoleta. A expansão que ele visava tornou-se possível, com maior eficácia e menor custo, sem anexações nem conquistas. Os impérios tornaram-se não só dispensáveis como ainda provavelmente nocivos, porventura mais onerosos que compensadores.

A actual inexistência de impérios não impediu, porém, o reaparecimento da ideia de império e a sua aplicação à realidade internacional do presente e, prospectivamente, do futuro. É curioso que esse retorno se verifique na literatura mais recente da especialidade, nomeadamente de língua francesa. Numa circunstância de evidente recomposição do ordenamento dos poderes mundiais, o tema do império está a ser utilizado como dotado de valor heurístico para a compreensão de uma transição incerta.

Também curiosamente o Império Romano surge como "modelo ideal" no sentido weberiano, como protótipo e termo de comparação, legitimando as analogias com a situação presente. Nuns casos, contrariando a versão corrente acerca do declínio americano, há quem defenda que, agora sim, os Estados Unidos estão a atingir o auge do poderio imperial: longe de corresponder ao século IV, com o Império ameaçado pelos bárbaros, a actualidade seria antes comparável ao século I a.C., quando Roma, uma vez derrotada Cartago, está em plena transição da República para o Império. Vencedores do confronto de décadas com a nova Cartago – o campo socialista –, os Estados Unidos têm finalmente condições para se afirmarem como única potência global. A sua supremacia será indiscutível nos domínios político-militar, económico-tecnológico e cultural. O século XXI será americano. Vem aí o império.

Noutros casos, o mesmo tema do império é utilizado como grelha de análise dessa realidade que é a grande repartição de águas na humanidade dos nossos dias, a divisão entre as zonas de prosperidade e essas outras vastas regiões onde sociedades desestruturadas integram manchas de penúria. Entre esses dois subconjuntos - grosseiramente, os países industrializados e os não industrializados ou, como se convencionou designar não menos grosseiramente, o Norte e o Sul - estabelecem-se relações comparáveis às do Império com os bárbaros, tais como foram dissecados por historiadores como Políbio, Pomponius Mela e Tácito, antecipando surpreendentes analogias.

Entre o Norte e o Sul tem-se estabelecido e adensado uma linha de fractura, à maneira do *limes*, da fronteira, separando o império da barbárie exterior. Formou-se uma espécie de equador humano; de um lado e de outro a evolução dos povos parece mais divergir que convergir. Após décadas de conflito Leste-Oeste, com uma estratégia de confrontação, fica de pé a oposição Norte-Sul, que chegou a ser pensada como linha de solidariedade mas que se consagrou como lógica de demarcação e mesmo de exclusão. Nós bem o sabemos, os Europeus de Schengen.

Por vários lados, retoma assim a ideia de império, num sentido seguramente analógico mas nem por isso impróprio. Apesar da obsolescência dos impérios históricos, a situação contemporânea evidencia traços comparáveis aos da substância da realidade imperial. Derrotada Cartago, fixado o *limes*, emerge o novo “império universal”.

Em rigor de termos, a adequação destas expressões é discutível, mas elas têm a vantagem de remeterem, através da ideia de universalismo, para uma categoria de que se tem usado e abusado para caracterizar a actualidade, a categoria de globalização. O império encerrou sempre um certo sentido de totalidade, mas agora não é de excluir a hipótese de um império que se identifique com a universalidade, o que só é pensável se se confirmar a realidade da globalização. Eis um conceito que, ao dizer demasiadas coisas, se arrisca a não dizer nada. Daí a vantagem de uma elucidação crítica do seu significado.

O canadiano McLuhan, em 1964, usa a expressão tornada clássica de *aldeia global*, possibilitada pela tecnologia eléctrica e pelas telecomunicações à velocidade da luz. Cinco anos mais tarde, Brzezinski contrapõe-lhe a *cidade global* – justamente não aldeia mas cidade –, espaço por excelência da civilização tecnocrónica. De então para cá, quantos fenómenos emergiram, portadores dessa capacidade de serem apreendidos como globais! Desde a percepção de ameaças literalmente globais, no sentido de desrespeitarem quaisquer fronteiras – a ameaça nuclear, a de ruptura do ecossistema, a do narcotráfico, a de pandemias como a Sida... – até gostos e modas que se universalizaram ou monumentos que são património comum da humanidade, para já não falar das posições de filósofos quanto à necessidade de uma macroética planetária.

Por isso os sociólogos falam de globalização como um processo de distensão (a expressão é de Giddens), gerador de interdependências, de interacções à distância, conectando entre si factos sociais que se articulam em rede à escala universal.

O termo *globalização* ganhou alento e popularidade ao ser usado por economistas e gestores a propósito das realidades económicas e empresariais. Em 1983, Theodore Levitt elabora a perspectiva da globalização dos mercados na *Harvard Business Review*. Como um rastilho, a ideia propagou-se, ao sabor da onda dominante dos anos 80. A política neoliberal dita de “desregulamentação” mais a telemática facilitaram a globalização financeira de natureza especulativa. O conjunto das actividades económicas tornou-se global, desde a investigação científico-tecnológica, a montante, até ao *marketing* a jusante, passando pelos crescentes fluxos de investimento directo estrangeiro, pela mundialização da mão-de-obra, pela mundialização dos mercados, pelo abastecimento de componentes intermédios para além das

fronteiras. Desde o saber fazer ao saber vender, o circuito produtivo de bens e serviços globalizou-se.

Logicamente, a configuração das empresas moldou-se a este processo (ou moldou este processo?). O número de alianças e acordos inter-empresas, bem como de participações, aquisições e mesmo fusões é impressionante e faz-se independentemente da nacionalidade de origem. Mais ainda, a morfologia da empresa parece mudar, transforma-se na sua estrutura orgânica, perde o vínculo a um território, a um país, a este ou àquele interesse nacional, e aparece sob a forma de “teia global”, como a designa Robert Reich. A empresa (e com ela a economia) desterritorializa-se, desnacionaliza-se, enfim globaliza-se.

Uma abordagem descritiva deste tipo, independentemente de ser ou não fundamentada, não basta para captar o essencial da globalização. Talvez mais que qualquer outro, o italiano Riccardo Petrella levou longe a análise a esse respeito, distinguindo a internacionalização, a multinacionalização e a mundialização nos domínios da economia e da tecnologia. O patamar da mundialização ou da globalização atinge-se quando a produção, distribuição e consumo de bens e serviços são organizados em bases mundiais, destinados a mercados mundiais, segundo normas estandardizadas mundialmente, com empresas dotadas de uma cultura organizacional aberta ao contexto mundial e prosseguindo uma estratégia mundial.

Esta nova empresa mundializada pode mesmo vir a ser a única entidade susceptível de garantir a governabilidade do sistema-mundo. Na medida em que os problemas se colocam mais e mais a uma escala global, o Estado-Nação, acantonado como está nos limites da soberania clássica, perde a capacidade de resposta e tende a ser ultrapassado pelas forças transnacionais. O sistema interestadual fica posto em causa. Se a mundialização dos problemas exige uma gestão global, só a empresa está em condições de a assegurar. Subtilmente, a partir da globalização, chegámos à empresa imperial.

Estes pontos de vista são, sem dúvida, sugestivos, mas a sua verosimilhança tem de ser questionada. Petrella chega a aventar que o futuro terá uma configuração de poder de tipo hanseático, como se aos grupos económicos estivesse reservada a gestão social, na presença de um poder político fragilizado e impotente. Todavia, não é de crer que a evolução siga este trajecto. Certa regulação económica no espaço nacional manter-se-á provavelmente com algum peso nas mãos do poder político. Além de que à empresa, por mais global que seja, faltarão atributos de jurisdição territorial e populacional, bem como o monopólio da violência legítima, factores determinantes da actual natureza do Estado.

A probabilidade pende assim para uma repartição de influências entre as “teias globais” e os Estados nacionais. Tanto mais que estes últimos, longe de serem vítimas atropeladas pelo poderio das empresas transnacionais, estão na primeira linha dos processos de multinacionalização da economia. Não encontremos, pois, antagonismo onde há conivência e cumplicidade. Preparemo-nos antes para uma coabitação entre forças económicas mundializadas e o sistema interestatal vigente. A correlação de forças não se resolverá apenas a nível económico-tecnológico, mas também a nível político-militar.

Semelhantes reservas críticas devem também ser dirigidas ao próprio conceito de globalização. Pelo simples motivo de que a globalização, perdoe-se o paradoxo, não é global. O nosso mundo não se fez aldeia nem sequer cidade, é feito de vários mundos. Entre eles existe, é certo, permeabilidade. Mas a incomunicabilidade parece ainda mais forte. A porosidade das fronteiras não unifica as sociedades num universalismo triunfante.

Os próprios teóricos da globalização reconhecem que ela é triádica, isto é, consistente na "triade", nas três mega-regiões onde efectivamente se pode falar de mercado global, a saber, a América do Norte, a Europa Ocidental e a zona Ásia-Pacífico, centrada no Japão. Nesses três grandes lugares económicos adensam-se os dispositivos de integração, incorporando espaços progressivamente mais vastos, de tal modo que a economia-mundo capitalista tende hoje a coincidir com a economia mundial. A lógica do mercado absorveu todas as economias pré-capitalistas, mas simultaneamente marginalizou vastas regiões do Mundo e aí reside a sua principal contradição. Há, assim, uma peculiar mistura de globalização e de antiglobalização. As periferias do sistema estão ao mesmo tempo mais perto e mais longe dos centros. A triade tende a unificar o mundo enquanto mercado global, mas nunca foi tão grande a visibilidade das fracturas que o dividem.

Reflexões como esta obrigam a utilizar o termo *globalização* com discernimento e cautela. Já vimos que estamos sujeitos a tomar a parte pelo todo e a ignorar o *limes* que demarca o "império triádico". Se a mundialização gera, a um tempo, proximidade e distância, não a podemos confundir com nivelamento e homogeneização.

Os agentes económicos de ponta, já o sabemos, prosseguem estratégias sem fronteiras, operando assim uma desterritorialização da economia, doravante não submetida à lógica nacional. Todavia, essa desterritorialização não só é compatível como ainda se articula com uma forte hierarquização dos espaços. A mundialização veio recompor a divisão internacional do trabalho, sem recurso a anexionismos ou imperialismos, mas nem por isso menos hierarquizada.

Habitualmente essa hierarquia é traduzida no binómio centro/periferia, enquanto pólos de uma relação de dominação/dependência. Para compensar o demasiado esquematismo da distinção, é frequente o uso do conceito de "semiperiferia" para identificar as zonas intermédias e eventualmente inter-mediárias.

A utilidade desta perspectiva é indiscutível, na medida em que aponta para polarizações cruciais e condensa numa fórmula breve o eixo da mais importante contradição mundial. Mas a distinção centro/periferia (ou então centro/semiperiferia/periferia) é insuficiente para abarcar a complexa hierarquização dos espaços a nível global.

Para além dessa polarização centro/periferia, a hierarquia geopolítica e geoeconómica estabelece-se em cascata e em constelações. Em cascata, porque há patamares múltiplos, com degraus sucessivos. Em constelações, porque há conjuntos e subconjuntos eles próprios hierarquizados em sistemas orbitais.

Em coerência com este ponto de vista, seria interessante a elaboração de uma tipologia que tivesse em conta a diversidade de funções desempenhadas pelos diferentes espaços, no sentido de identificar os papéis que lhes cabem na divisão internacional do trabalho e na repartição do poderio no sistema interestadual.

Não há condições, neste contexto, para avançar com pormenores de uma tipologia desse género mas, a título exemplificativo, haveria que distinguir: as potências centrais, na acepção convencional (pelo menos as que compõem o G7, mais a Rússia e outras ainda, como talvez a Espanha); os seus satélites mais imediatos, formando uma primeira série de constelações, (caso típico é o dos países menores da União Europeia ou, em geral, a zona OCDE); as potências regionais, para utilizar também uma terminologia consagrada (por exemplo, o Brasil na América do Sul, a Nigéria em África, a Índia e a Indonésia na Ásia); os Estados-tampões, com o seu papel de interface de protecção às regiões centrais (a Turquia é um bom exemplo, o México e a Mongólia podem ter funções idênticas); os fornecedores estratégicos, ou seja, os países-reservatórios que abastecem os restantes, seja de recursos energéticos (como a Arábia Saudita), seja de matérias-primas (como a África do Sul), seja mesmo de produtos manufacturados (como as cidades-*ateliers* de Singapura e Hong-Kong); os Estados clientes, que funcionam como coutadas privadas de potências centrais ou regionais (a América Central como “pátio traseiro” dos Estados Unidos, uma parte da África Ocidental cliente da França...); as zonas de exclusão, uma espécie de novas terras incógnitas sobre as quais cai a ocultação (como ocorre com o Bangla-Desh ou com uma vasta região da África saheliana, desde o Chade à Etiópia, passando pelo dilacerado e ignorado Sudão).

Uma tipologia como a que aqui é ensaiada permitiria uma análise mais fina das hierarquias funcionais, contribuindo para explicitar os patamares e as constelações da distribuição do poder mundial e os papéis respectivos de países e regiões. Permitiria ainda avançar um pouco na operacionalização dos conceitos de centros, semiperiferias e periferias, clarificando as suas ramificações e interconexões para além dos dispositivos de dominação e de dependência.

Esta pluralidade em cascata vem confirmar os equívocos da globalização. Usemos a palavra, mas completemo-la com outras sem as quais pode ser enganadora. Falemos de globalização e de fragmentação, de absorção e de marginalização, de unificação e de exclusão. Acautelemos, sobretudo, o risco de identificar o “império” com o “global”, subalternizando as multidões que vivem para além do *limes*. Seja como for, contra as ilusões de um mundo mais unificado, encontramos afinal este nosso mais repartido.

Que nos reserva o futuro? A turbulência do presente aumenta o grau de incerteza. O imaginário do império tenderá a desaparecer ainda mais ou ressurgirá sob novas formas? Haverá um neo-imperialismo da superpotência norte-americana? ou assistiremos à deslocação para outras paragens do centro da economia-mundo? E para onde? de novo para a Europa? para a Ásia e a amplitude da área do Pacífico? Essa eventual deslocação, significando uma disputa pela pilotagem do sistema mundial, provocará um conflito de envergadura? Ou todas estas categorias estão ultrapassadas e assistiremos antes à emergência da empresa-império capaz de gestão global? Qual o futuro da democracia em qualquer destes cenários? E em tudo isto, que espaço resta

para a utopia e para a reconstrução humanizada de um ordenamento
internacional distorcido?